



MAIO/JUNHO 1986 • PREÇO: 120\$00

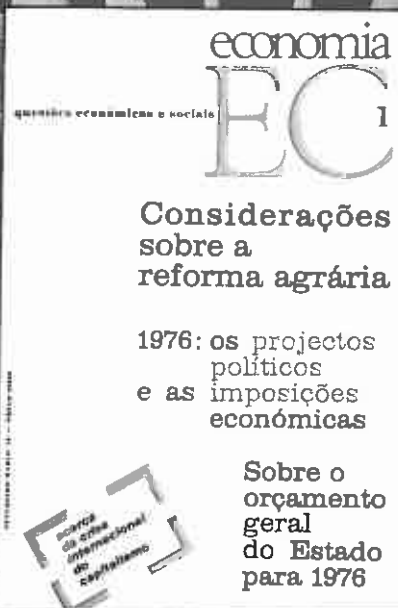
questões económicas e sociais

60

Economia

1976 **10 ANOS** 1986

começámos
assim



economia
EC 1

questões económicas e sociais

Considerações
sobre a
reforma agrária

1976: os projectos
políticos
e as imposições
económicas

Sobre o
orçamento
geral
do Estado
para 1976



NESTE NÚMERO

A moeda e o crédito no nosso quotidiano

Seminário sobre

**O impacto dos preços nos combustíveis
na produção e no consumo**



PORTE
PAGO

Economia

Director: Carlos Carvalho



MAIO/JUNHO de 1986

Propriedade:

Editorial Caminho, SARL

Sede:

Alameda Sto. António dos Capuchos,
6-B, 1100 Lisboa

Conselho de Redacção:

Carlos Carinhas, Carlos Carvalho,
Dantas Ferreira, Fernando Sequeira,
Gorjão Duarte, Octávio Teixeira,
Rui Moura, Silva Carvalho.

Composição:

M.^a Esther
Gabinete de Fotocomposição
Largo Paço da Rainha, 50-2.^o
1100 Lisboa

Impressão:

S. Gráfica da Venda Seca, Lda.
Rua 5 de Outubro, 4
Venda Seca 2745 Queluz

Distribuição:

CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL
Av. Santos Dumont, 57-C
1000 Lisboa

Tiragem: 7500 exemplares

Depósito Legal N.º 209/86

ISSN 0870-3051

SUMÁRIO

EDITORIAL

Uma década de publicação ininterrupta **Pág. 3**

A moeda e o crédito no nosso quotidiano
— Para uma reflexão teórica —
Carlos Pimenta **Pág. 5**

«O impacto dos preços dos combustíveis
na produção e no consumo»
— Intervenções no Seminário — debate
realizado no dia 5 de Abril no Anfiteatro 1
do Instituto Superior de Economia **Pág. 17**

Os Crimes das Multinacionais nos países
em vias de desenvolvimento
— A. Golikov **Pág. 61**

Portugal e a CEE **Pág. 70**

O PONTO DA SITUAÇÃO

Sector da química inorgânica de base **Pág. 75**

Adubos **Pág. 76**

Sector automóvel **Pág. 77**

Indústria naval **Pág. 79**

RESENHA BIBLIOGRÁFICA **Pág. 80**

A MOEDA E O CRÉDITO NO NOSSO QUOTIDIANO

PARA UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Carlos Pimenta*

1. Notas introdutórias

1.1. Todos os dias utilizamos a *moeda* nas mais diversas actividades económico-sociais, com múltiplos fins, qualquer que seja o nosso posicionamento na malha das relações sociais.

Todos os dias nos defrontamos com situações que têm que ver, directa ou indirectamente, com a moeda — desde a «diminuição do seu poder aquisitivo» às vantagens ou desvantagens momentâneas nas operações cambiais. De outro tanto somos informados

pelos meios de comunicação — aprendemos a saber, nem sempre a compreender, que o dólar americano influencia a nossa vida.

Da estrita identificação da moeda com as «moedas de trocos» ou as «notas», talvez com os «depósitos no banco» passou o conhecimento corrente a construir um conjunto de conceitos sobre aquela. É uma conceptualização cravada nos fenómenos, sem coerência interna global mas com solidez suficiente para enfrentar o quotidiano — pela sobrevalorização de alguns aspectos — e os desafios da «novidade» — pela não consideração ou pela reelaboração, pela distorção da

informação ou pelo amalgamento conceptual.

Alguns autores atreveram-se, pois, a afirmar em obra de ciência: «Todos sabemos alguma coisa sobre moeda, designadamente o que ela é» [7.319] *, embora de imediato reconheça a dificuldade de defini-la. Esse prolongamento do conhecimento corrente no científico é o ponto de partida de muitos autores — «Instrumento de medida e de troca dos bens reais» [5.272], identificação da moeda com a liqui-

* O primeiro número indica a obra, referenciada na bibliografia. O segundo, se existe, a página.

* Economista



dez e, por isso, «universalmente desejada» [1.107] — embora de seguida, quase todos reconheçam a necessidade de precisar o seu significado, atribuir-lhe um conjunto de funções.

Esse caminho de construção científica é errado, não se podendo confundir preocupações pedagógicas com científicas. O conhecimento corrente ao analisar a moeda apenas capta plenamente a sua materialização num espaço geográfico-político determinado, uma parte da *moeda-coisa*. Se alberga o significado desta no conjunto de relações em que se insere no actual momento histórico só o faz parcial e distorcidamente. E, no entanto, a moeda-coisa tem apenas uma função instrumental (pode a «coisa» mudar e manter-se a «moeda»), havendo que identificar a moeda com esse conjunto de relações sociais que a justificam e dão sentido. Quando se processa um acto económico em que a moeda intervém, devendo entender-se este verbo amplamente, a «coi-

sa» utilizada pode ser hoje muito diversa, como o foi no passado e sê-lo-á no futuro, ainda dentro do sistema social em que nos inserimos. O seu núcleo mais importante, aquilo que dá sentido à moeda, é o relacionamento entre diversos intervenientes na economia, independentemente do contacto «inter-pessoal» que se possa estabelecer. Quer dizer, ao considerarmos a moeda como uma *relação social* estamos mais próximos de captar o que efectivamente é importante, «estável» na moeda.

O posicionamento da moeda nas relações sociais capitalistas é um passo em frente na captação do social mas ainda limitado a uma certa fase histórica, isto é, tende a captar predominantemente as especificidades daquela relação no referido modo de produção. Por isso, a esse nível de abstracção, falamos de *moeda-forma-relação*, que engloba a moeda-coisa. Sem dúvida que essas especificidades são importantes tanto para a elaboração de uma teoria da moeda como para o entendimento do próprio modo de produção. O que pretendemos aqui salientar é a exigência de uma visão histórica mais global, de uma consideração «filogenética» da moeda, a imperiosidade da captação da *moeda-essência-relação*. Destes considerando um corolário: «uma teoria da moeda aplicável ao sistema capitalista tem necessariamente que estar englobado nu-

ma teoria da moeda em geral, válida para toda a economia monetária, por outras palavras, numa teoria geral da moeda» [3.14].

Em reforço desta tese, adiantando alguns temas posteriores, diremos que a exclusiva consideração da moeda em capitalismo monopolista — abusivamente identificado com a moeda em capitalismo — correria sérios riscos em despistar características afastadas do seu núcleo caracterizador, tais como as que resultariam da identificação da moeda com a moeda-crédito.

1.2. Outro tanto se poderia dizer em referência ao crédito, com a ressalva de que o conhecimento corrente dilui frequentemente as fronteiras entre esta categoria e a moeda pela absolutização das componentes formal-institucionais, expressão particular da forma-coisa: identificação entre crédito, operações de crédito, entre capital-dinheiro e moeda, entre esta e moeda-crédito.

Na articulação entre essência e forma haveria que tomar as mesmas precauções que para a moeda — exemplificação oportuna aplicável a todas as categorias económicas: passagem do *crédito-operação* para o *crédito-forma-relação*, em que o capital bancário assumiria uma posição destacada, sobretudo em sistemas financeiros pouco desenvolvidos como o nosso, e deste para o *crédito-essência-*

-relação. Contudo o posicionamento histórico seria diferente: o crédito é uma relação social tipicamente capitalista. A sua génese teria de ser encontrada, por um lado, no capital e, por outro, na usura. Desta herda práticas e instituições, impondo-lhes transformações e deixando sempre canais de manifestação subordinada de uma usura que ainda hoje existe, e do capital adquire o sentido da existência.

1.3. O que pretendemos deixar bem expesso nestas breves notas introdutórias é a necessidade de uma *teoria científica da moeda e do crédito*. Esta exige, simultaneamente, uma *ruptura com o conhecimento corrente* — embora conhecimento, embora aproveitando e integrando conhecimentos científicos está limitado ao fenómeno verificado num certo momento histórico e numa estrutura geográfico-económico-política — e um *abandono de princípios e métodos empiristas*, o que nada colide, antes pressupõe, um confronto dos conceitos com as quantificações do real.

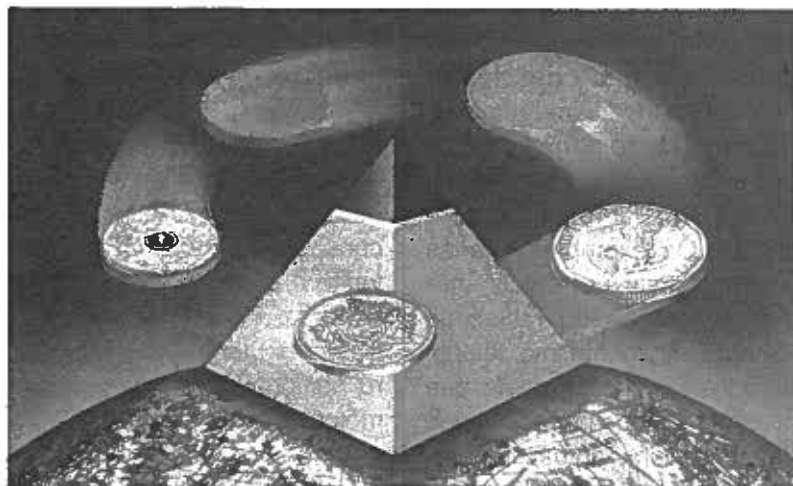
Este tipo de «afastamento» no processo de construção científica não significa «desligamento da realidade» nem um «virar de costas para o dia-a-dia». Antes é uma mais profunda leitura da realidade (que não se confina aos fenómenos de hoje), uma maior capacidade de interpretação do quotidiano — que se tem que fazer pela passagem do abstracto ao

concreto e pela descodificação das categorias em conceitos operacionais e não pela justaposição ecléctica de teoria e prática diferentes, desconexas, quantas vezes contraditórias — e, por isso mesmo, de transformação.

O conhecimento científico da moeda e do crédito é inovação, revelação de realidades até então desconhecidas, mas para tal vai utilizar termos retirados ora do conhecimento corrente, ora de outras ciências

to a possibilidade de se assistir à irrupção, no âmbito de uma mesma disciplina científica, de construções teóricas diferentes, produzidas a partir, em função de «universos de pensamento» distintos, mesmo se em rompimento com eles» [8.60].

Conscientes destes perigos, que no tema que nos ocupa assumirá, eventualmente, uma importância reduzida porque o quadro teórico existente já engloba o «vocabulário» funda-



exteriores à Economia Política, ora ainda desta mas num grau anterior de evolução histórica. Com perigos e dificuldades diferentes nas três situações descritas, há sempre uma «prisão» do novo aos conceitos anteriores: «que qualquer teoria nova, pelo menos nos domínios das Ciências do Homem, tenha forçosamente de pensar o seu novo conteúdo em determinadas formas de um «universo de pensamento» preexistente, implica com efei-

mental de que necessitamos, estejamos alertados para a importância do *rigor terminológico*, mantendo-nos em espaços de comunicação em que a «fixidez» de significados facilite o enriquecimento do colectivo património científico.

1.4. O nosso propósito é traçar, em breves páginas, as *linhas de força* de uma teoria científica da moeda e do crédito. Contrapondo-se a outras leituras, sendo bloco concep-



tual susceptível de múltiplas concretizações com incidências sobre as realidades quotidianas em que conscientemente nos inserimos, não procuramos, como o fizemos noutros locais (ex. [9], [13], [15] ou ainda [10]) dar respostas concretas. Os exemplos apenas visam permitir uma mais imediata captação do raciocínio exposto e, ao mesmo tempo, demonstrar pontualmente que o esforço feito não é «mundo de sonhador», antes preparação global para uma intervenção pontual.

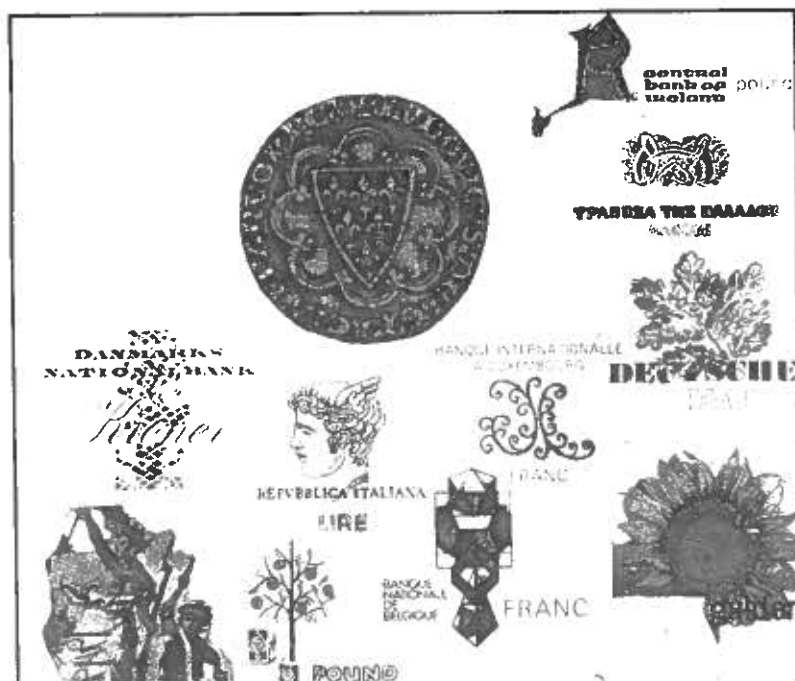
1.5. O que dissemos foi suficiente para compreender que a moeda e o crédito são categorias diferentes. Por isso começaremos por analisar a moeda (§2) e só de seguida procederemos ao estudo do crédito (§3). Esta ordem não é arbitrária corresponde à dinâmica histórica e à articulação lógica de conceitos (identidade entre histórica e lógica que é frequente nas temáticas monetário-financeiras mas que,

na nossa posição, não é extensível a todas as situações, não se assume como princípio filosófico). Após este esforço de precisão de conceitos estaremos, então, em condições de estudar os mecanismos de articulação (especificamente §3.2 e §3.3).

O percurso decorrido durante esses parágrafos analisará quase sempre a moeda e o sistema monetário, o crédito e o sistema financeiro. Contudo a realidade em que directamente nos movemos, sobre a qual podemos agir, é a abrangida pela soberania nacional (em fase de relativização com a adesão à CEE, mas não tanto como a que resultaria da adesão ao sistema monetário europeu [15]). O último ponto consagra a problemática, mais vasta e complexa que a apresentada, da articulação entre sistemas monetário e financeiro nacionais com os seus homólogos internacionais (§4).

2. A moeda

2.1. O grau de divisão social do trabalho existente em capitalismo é de tal modo elevada, isto é, exige uma tão grande especialização por parte dos diversos produtores independentes/dependentes, acompanhada internamente por uma separação entre possuidores de força de trabalho e proprietários dos meios de produção, uma tão densa malha de troca



de mercadorias (englobando, obviamente, a referida força de trabalho), que a moeda, historicamente nascida com o amadurecimento da divisão social do trabalho, tem que existir inevitavelmente.

A organização económica capitalista deixou para trás as *formas de mercado* — assentes no confronto do valor de uso, a que estão associadas formas de manifestação e quantificação do valor, conducentes à troca directa accidental entre mercadorias, ou às trocas em cadeia assim como também já está longe da nossa época a «especialização» temporária, quantas vezes com forte dimensão simbólica ou cumulativa, de algumas mercadorias na função de confronto (o que é muito mais do que de troca) com as restantes mercadorias.

A consolidação do *equivalente geral* dá-se com a moeda. O relacionamento externo entre os diversos produtores independentes/dependentes e interno entre proprietários e não proprietários de meios de produção, quando se procura numa malha de grande densidade e intensidade de fluxos, exige a concentração do equivalente geral num número muito reduzido de mercadorias, ou seus substitutos.

2.2. Em capitalismo não há economia sem moeda porque produção e troca são duas faces da mesma realidade ou, se pretendermos uma formulação mais rigorosa, dois termos de

uma relação e que só existem enquanto tais. Poderíamos levar mais longe essa afirmação dizendo que não há sociedade sem moeda na medida em que aquela é inconcebível sem um relacionamento entre os homens no processo directo ou mediatizado, de transformação da natureza. *A economia capitalista é necessariamente monetária.*

É rica de consequências esta afirmação alicerçada na verificação teórico-histórica. Está longe dos nossos propósitos analisá-los completamente. Três assumem particular relevância, a saber:

a) *A continuidade da sociedade capitalista exige a reprodução da moeda enquanto tal;*

b) *As mercadorias exigem a sua validação social;*

c) *Não há uma decomponibilidade da economia em monetária e real com prioridade lógico-comportamental para esta.*

2.3. *Reprodução do equivalente geral.* O primeiro corolário é o mais importante. Sobre ele concentraremos a nossa atenção.

Dizer que a continuidade da sociedade capitalista exige a reprodução da moeda ou, numa linguagem mais geral, a *reprodução do equivalente geral* — o que desde logo mostra a importância da moeda e a relevância da teoria monetária na Economia Política — exige antes de mais caracterizar a moeda, ver como se processa essa reprodução e conhecer

claramente quais os mecanismos, as probabilidades, conducentes à ruptura.

Numa primeira aproximação poderemos dizer que, por definição, a reprodução do equivalente geral é a *sua permanente distinção em relação às mercadorias garantindo a possibilidade de se contrapor a todas elas*. O grau de abstracção a que esta formulação se reporta torna difícil vislumbrar-lhe operacionalidade, mas de imediato algo resulta: a necessidade da moeda ser, ou representar valor. Só tal garante que a distinção em relação às restantes mercadorias signifique, e só nessa medida tem sentido, o contrapor-se a elas.

Contrapor-se às restantes mercadorias, e ser a *relação social que se manifesta preferencialmente na troca* exige o preenchimento de um conjunto de funções, ponto em que os autores mais diversos estão de acordo. Não nos preocuparemos aqui em definir cada uma das funções, repetindo o que fazemos insistentemente noutros locais [11].

Insistimos, simplesmente, em que a moeda tem que preencher todas as funções, as quais são:

a) *Medida de valor*, tendo como derivados a de *padrão de preços* e a de *unidade de conta*;

b) *Meio de circulação* (de mercadoria);

c) *Entesouramento*, entendido como retirada de circulação das mercadorias assumindo



simplesmente essa forma e estando, portanto, de alguma maneira ligada a futura circulação daquelas — entesouramento como *retirada da circulação* —, ou significando a retirada de qualquer movimento, associado à constituição de tesouro, de reserva de valor — o que pode ser designado, na esteira de diversos economistas, por *entesouramento propriamente dito*;

d) Da articulação destas duas últimas funções resulta a *de meio de pagamento*.

Caracterizada desta forma a moeda, que é mais concreto que a simples identificação com o equivalente geral, podemos dizer que a *moeda continuar a ser moeda é continuar a preencher globalmente as suas funções*, o que está associado a um conjunto de acontecimentos e políticas sociais.

Estas funções da moeda correspondem a práticas económico-sociais sobredeterminadas politicamente, estão associadas a estruturas monetárias e adquirem, frequentemente, carácter institucional

(assim, por exemplo a dimensão institucional do padrão de preços encontra-se no Estado, directa ou indirectamente, a de unidade de conta em todas as empresas, a de entesouramento nas «instituições bancárias» e uma parte da de meio de pagamento nos bancos e nos cambistas).

Entre as diversas funções existe unidade mas também existem importantíssimas *contradições*. Relembremos algumas: as funções de medida de valores e derivados não necessitam da presença física da moeda (basta-lhes uma «moeda ideal») enquanto a de meio de circulação exige presença física; enquanto medida de valor é um padrão variável mas a função de padrão de preços exige um padrão invariável; enquanto medida de valor e entesouramento propriamente dito tem que ser possuidora de valor enquanto meio de circulação, ou entesouramento ligado à circulação futura, não necessita ser, nem ter, nem representar, valor, basta-lhes ser numérico; enquanto meio de circulação tem todos os países como local de manifestação mas enquanto padrão de preços está condicionada pela divisão local e política. Significam estas situações de conflito que a reprodução do equivalente geral *não está garantida*, há fortes probabilidades de ruptura, cuja amplitude resulta da estrutura do sistema monetário nacional e internacional e da conjuntura que se vive.

Antes de procedermos à terceira ascensão ao concreto, permitam-me deduzir do anteriormente afirmado que *não há boas e más moedas*, juízos de valor que, normalmente tomam como referência uma dada situação histórica tomada como padrão. Há moeda e não moeda e aquela será, em cada fase histórica, a determinada pelas condições de produção e de troca. Pode, isso sim, é haver «moedas» melhores para umas funções que para outras: um depósito a prazo será «boa moeda» para a função do meio de circulação e «má moeda» para a de medida de valor, assim como uma moeda em ouro cunhada com um valor em metal precioso igual ao exposto oficialmente é «boa moeda» para medida de valor e «má moeda» para a de meio de circulação. Entrar, contudo, em tais dicotomias seria não considerar a globalidade das funções e subestimar as contradições existentes entre elas (contradições reais, manifestando-se historicamente, e não simples exercício tecnicista ou jogo de palavras).

Assim na esteira destas preocupações, certos de referir assunto altamente polémico, poderemos acrescentar que hoje a moeda continua a representar valor, embora as suas formas sejam diferentes:

— Para calcular o valor da moeda no seu conjunto há que considerar os diversos tipos de moeda nacional no seu confronto com o ouro, possuindo

um mercado mundial relativamente unificado;

— Se o ouro foi afastado das funções de meio de circulação e meio de pagamentos internacionais não foi totalmente afastado do sistema monetário internacional, continuando a preencher um conjunto de funções no seu interior;

— Se hoje não existe uma convertibilidade garantida politicamente (o que também não significava garantia efectiva) e existem «interferências» várias no funcionamento dos mercados nacionais e mundial do ouro tal não impede que a moeda se continue a confrontar no mercado com o ouro.

Feitas estas ressalvas, glosas marginais à nossa preocupação de captar plenamente a importância, e atribuições, da reprodução do equivalente geral, consideremos duas constatações:

a) Em cada fase histórica existem diversos tipos de moeda;

b) Nenhum tipo de moeda, per si, preenche globalmente a função de moeda, tem a característica de ser equivalente geral.

Olhemos para a realidade do séc. XIX em Portugal. Tínhamos a ser utilizada como moeda libras em ouro, moedas portuguesas em ouro, moedas diversas em prata, cobre e bronze, moedas emitidas por diversos bancos, depósitos em diversos bancos, notas do Banco de Lisboa e, depois, do Banco de Portugal, etc.

A situação mantém-se hoje no essencial com a ressalva quantitativa da diminuição da importância das moedas cunhadas, aumento da relevância dos depósitos nos bancos e unificação da emissão monetária em território nacional, e apenas do surgimento de novos tipos de moeda interna (como os depósitos dos bancos comerciais no banco central) e da grande diversidade de moedas internacionais

do, enquanto alguns tipos de moeda têm maiores aptidões para preencher certas funções (ex. as divisas mais fortes preenchem mais cabalmente a função de entesouramento propriamente dito) outros têm para outras. *Nenhum tipo de moeda é moeda, é sempre parte de moeda: por isso falamos em tipos (no plural) de uma única moeda.* A existência de uma *convertibilidade recíproca* entre os diversos tipos



(dólares e outras moedas nacionais aceites nos pagamentos internacionais, Direitos Especiais de Saque, Unidade de Conta Europeia, etc.). Existem diversos tipos de moeda classificáveis em moeda bancária, moeda nacional e moeda internacional (poderíamos acrescentar a «moeda comercial»).

O âmbito de aceitação sócio-política de cada tipo de moeda mostra, desde logo, que nenhum dos tipos de moeda é equivalente geral. Por outro la-

do, enquanto alguns tipos de moeda têm maiores aptidões para preencher certas funções da moeda, é a garantia de ser equivalente geral.

A este nível de análise, bastante mais concreto, *reproduzir o equivalente geral é continuar a verificar-se a convertibilidade recíproca entre os diversos tipos de moeda.* Se tivermos em conta que cada tipo de moeda tem os seus mecanismos próprios de emissão, está associada a diferentes políticas económico-



-sociais, relacionada com diferentes instituições, não será difícil de admitir que a sua reprodução *não* está garantida, provocará necessariamente «desequilíbrios» — para além dos que são inerentes à própria existência da moeda — e há

maior probabilidade (na ausência de múltiplos mecanismos de intervenção) de *não* reprodução que de verificação da situação inversa. Esta a justificação profunda para múltiplas práticas de alteração das convertibilidades (taxas de redesconto, taxa de desconto, taxa de câmbio).

2.4. *Validação social.* As mercadorias têm que ser produzidas e trocadas e só ambas as fases lhes garantem existência. Trocar mercadorias é exprimi-las em moeda, é trocá-las contra moeda. É esse mecanismo que é, como vimos, inerente ao capitalismo, que se designa, por *validação social das mercadorias*: resolução da

contradição entre valor de — uso e valor.

Também a força de trabalho está sujeita a esta validação, apesar das especificidades dos seus mecanismos de produção.

A validação social faz-se com moeda através de um determinado tipo de moeda. Estaremos pois perante *validações valorizadas* ou *validações desvalorizadas* conforme as conflitualidades de cada tipo de moeda em relação aos restantes.

Na situação monetária actual de generalização da *ante-validação social* das mercadorias com eminência de ruptura da circularidade do crédito (sobre aquele conceito profundamente rico e indispensável para a reformulação da teoria do valor [2] ou [10]) as probabilidades de inconvertibilidade entre os diversos tipos de moeda deslocam-se (parcial e acentuadamente) da relação entre moeda bancária e moeda nacional para a entre moeda nacional e moeda internacional. Desta constatação — que também se exprime numa maior relevância social dos desequilíbrios da balança de pagamentos sobre a «incapacidade de pagamento» dos bancos — resulta uma *tendência* de mais acentuada *desvalorização das mercadorias validadas contra moeda nacional*.

2.5. *Outros aspectos.* A terceira afirmação surge como corolário das anteriores. A sua

por
professores

para
professores

os Todos
Meses



o professor

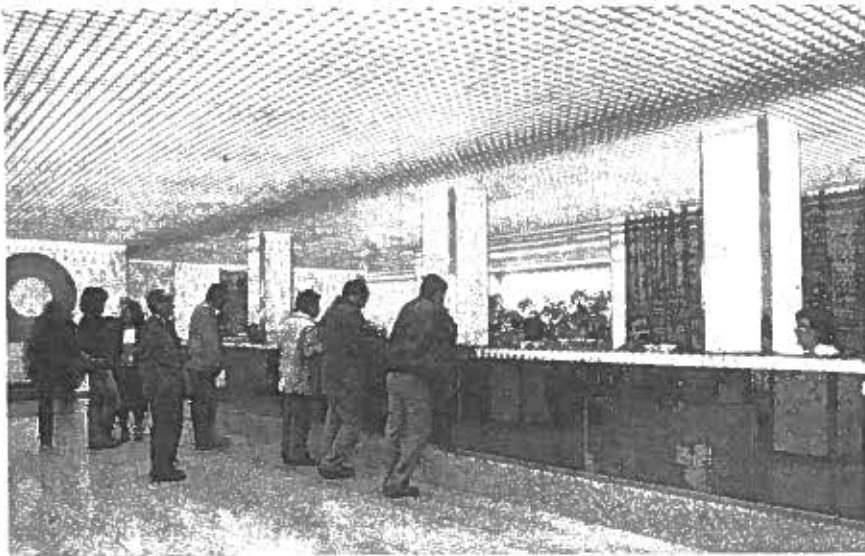
uma revista ao serviço da educação, do ensino e da cultura

importância é maior no campo do combate teórico que no da prática política e, por isso, quase não nos merecerá comentários, frequentemente feitos noutros locais (ex. [12] e [14]). Diremos apenas que todos os circuitos económicos se exprimem *prioritariamente e necessariamente em moeda*. O alcance da «economia real» faz-se à posteriori, por deflacionamento. Não é legítimo aplicar àquela o atributo de espaço de equilíbrio e de interacção dos «agentes», nem qualquer prioridade lógica.

3. O crédito

3.1. Quando analisamos as fontes de emissão monetária, ao nível do tipo de moeda que designamos por «moeda nacional» no nosso País rapidamente confirmamos a importância da dívida pública não podendo ficar indiferentes às restantes (crédito do banco central às restantes instituições bancárias e saldo da balança de pagamentos — esta última actuando frequentemente, no nosso caso, negativamente).

Sem entrarmos num debate de detalhe, podemos afirmar que considerando os diversos tipos de moeda, a situação de cada país e do conjunto do sistema capitalista, somos rapidamente conduzidos à constatação do domínio, quantitativo e qualitativo, da *moeda-crédito*: moeda cuja emissão



e destruição resulta da abertura de uma operação de crédito e do pagamento deste. Esta situação, relacionada com os mecanismos e instituições emissoras-responsáveis, expressa ao nível da forma-coisa, e não da essência relação tem conduzido diversos autores a identificar a moeda com o crédito ou, o que tem recebido «fundamentações» mais cabais num determinado quadro teórico, a considerar a moeda como uma parte do crédito. Esta é a posição de autores que afirmam, por exemplo, que a moeda é um activo financeiro e o sistema monetário uma instituição financeira: «classificamos os mercados financeiros em mercado de títulos primários» (acções, obrigações, letras, crédito bancário de curto prazo, etc.) «e em mercado de títulos indirectos. Este último mercado, por sua vez, divide-se sem mercado de moeda (meios de pagamento) e em

mercado de títulos indirectos não monetários (depósitos a prazo, depósitos de poupança... etc.)» [6.5].

Se uma tal análise pode ser útil para descrever mecanismos de funcionamento institucional numa determinada economia, localizada no espaço e no tempo, para a qual se traçou um determinado quadro de articulação, tais posições teóricas enfermam de diversas deficiências: limitadas historicamente não captam a essência das realidades em estudo e, por isso mesmo, deixam de lado, minimizam, fenómenos que lhe surgem como perturbadores.

3.2. Se das afirmações anteriores do autor citado se poderia, correctamente, induzir uma visão parcial da moeda (identificando-a com certos tipos de moeda e atribuindo-lhe apenas algumas funções), o mesmo se poderá dizer em relação ao crédito.



De facto, o crédito é, também, uma *relação social*, mas bastante diferente da moeda, pelos seus elementos específicos e localização histórica destes:

a) Estabelece-se entre o capitalista financeiro (que «empresta») e o capitalista industrial (que «pede emprestado»);

b) Corresponde a um movimento circular do (C.F. para o C.I. e deste novamente para C.F.) do capital dinheiro (dinheiro ou moeda, prioritariamente, que é também capital porque está inserido num processo de valorização, valor em valorização que, nessa fase do movimento, assume a forma de dinheiro);

c) Dá lugar ao pagamento de um juro (parte da mais-valia).

Apenas a título de comentários, que não merecerão o desenvolvimento adequado diga-se: i) A usura, relação social pré-capitalista com manifestações actuais, «diferenciava-se» do crédito pela relação social não ser entre capitalistas, por ser um movimento de

dinheiro e o juro não estar associado à mais-valia; o crédito tem a mesma «forma» mas uma realidade social distinta; ii) da autonomização dos movimentos do capital dinheiro e da especialização dos capitalistas financeiros surgiu e desenvolveu-se o capital financeiro, cuja manifestação institucional é o banco e, numa fase posterior o sistema bancário, conhecido correntemente por capital bancário.

A moeda crédito, resulta de um crédito mas é moeda, um tipo de moeda, e, como tal, vai desempenhar os papéis sociais que lhe são específicos. Nem a moeda é redutível ao crédito nem o inverso. São realidades *diferentes* mas *articuladas* entre si, não acidentalmente, limitando, condicionando, transmitindo sentido, cada um dos termos do relacionamento, imposto por mecanismos internos. O aspecto fundamental dessa articulação resulta da *base monetária do crédito*, captável «filogeneticamente» (a moeda é historicamente anterior, a acumulação primitiva, nomeadamente sob a forma monetária, foi o «berço» do capital) e «ontogeneticamente» (para haver capital-dinheiro é necessário haver dinheiro, a forma-coisa do capital-dinheiro é a moeda-coisa, o crédito tem que ser pago).

Só tal afirmação científica permite construir uma teoria geral da moeda e uma teoria geral do crédito e considerar o

relacionamento entre ambas as categorias teorizadas como essencial — com múltiplas manifestações fenomenológicas, obviamente.

3.3. Dissemos que a articulação «transmite sentido» a cada uma das componentes. Exponhamos em poucas palavras o que tal significa.

Representando por M as mercadorias e por D a moeda, podemos dizer que os movimentos *típicos* da moeda e do crédito são, respectivamente:

$$\begin{array}{l} \text{Ma} - \text{D} - \text{Mb} \\ (\text{valor de uso do Ma} \neq \text{valor de uso de Mb}) \\ \text{D} - \text{M} - \text{D}' \\ (\text{D}' > \text{D}; \text{ relação de quantidades de valor}). \end{array}$$

Apesar da simplicidade, mas realismo, do esquema facilmente se verifica que no primeiro movimento a moeda é *posterior* à produção do valor cristalizado na mercadoria, o que em termos do sistema monetário significa que a relação monetária só se pode estabelecer quando há uma base valor pré-existente, o que corresponde ao «currency principle» ou ao padrão ouro (pois neste sistema a quantidade de moeda em circulação depende da quantidade de ouro existente em reserva que, por sua vez, depende da produção de ouro, no caso de ser um país que o possua, e da situação passada da balança de pagamentos, a qual reflecte as condições de

produção). No segundo movimento a moeda é *anterior* à produção do valor cristalizado na mercadoria, surge como possibilidade (sempre susceptível de não realização) de criação de valor futuro, o que em termos de sistema monetário significa que a relação monetária se pode estabelecer antes da base valor, como promessa do surgimento desta, o que corresponde ao «banking principle» ou, para utilizar uma terminologia retirada da realidade presente, ao padrão-divisa. Por outras palavras, o primeiro movimento é de *validação social* da produção, do valor, e o segundo de *ante-validação social* (desde que estejam preenchidas as condições de «imediata» convertibilidade da moeda bancária em moeda nacional). Este tanto pode conduzir àquele (de acordo com o segundo elemento caracterizador do crédito) como à pseudo-validação social (quando há ruptura na circularidade do crédito *transferido a desvalorização* das mercadorias e moeda bancária *para a moeda nacional* (logo também, parcialmente, internacional).

Insista-se em duas vertentes: i) Se da actual articulação entre moeda e crédito (diversos factores históricos, que aqui não analisaremos, conduziram à *generalização da ante-validação social*) resultam transformações no «local» de desvalorização, o que se modifica é a *totalidade* do sistema monetário (realidade *única* assente na articulação, simul-

tânea, das diversas funções da moeda e tipos de moeda); ii) A generalização de um dos tipos de movimento (validação/ante-validação) não significa a supressão do outro — coexistem, convertem-se, conflituam. Coexistem ora em termos de organização do sistema monetário (como é o caso do padrão-divisa-ouro) ora como diferença entre a estrutura existente e as práticas realizadas — os impactos das conjunturas evidenciam mais um ou outro movimento.

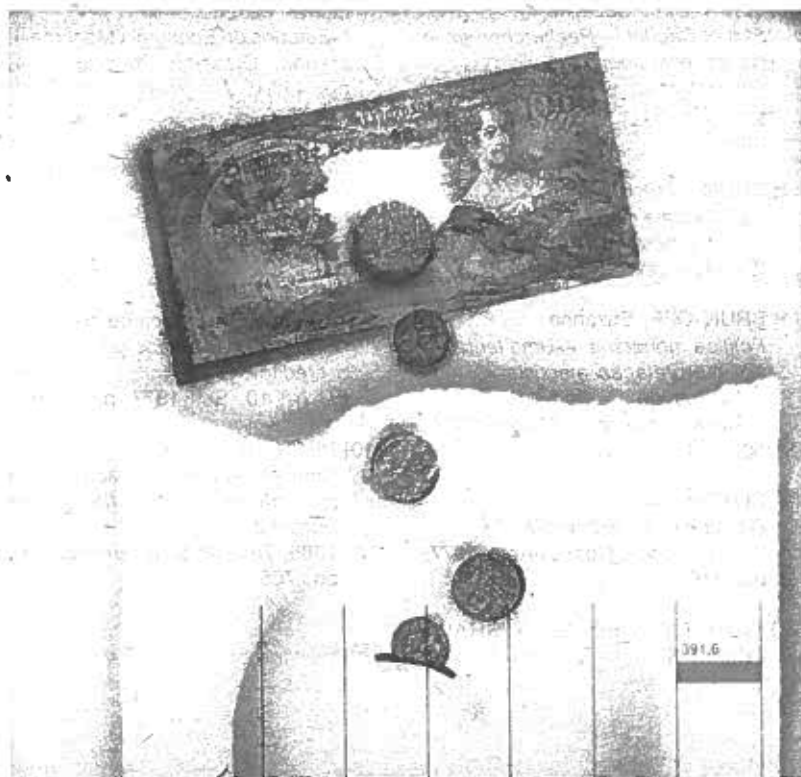
3.4. Sem descermos ao concreto, sem passarmos a uma demonstração de quanto tudo isto tem que ver com o quotidiano, diríamos apenas que só a *clara* articulação dos conceitos anteriores, num relacionamento *essencial e hierarquizado*, pode explicar — e, portanto, solucionar, desde que não

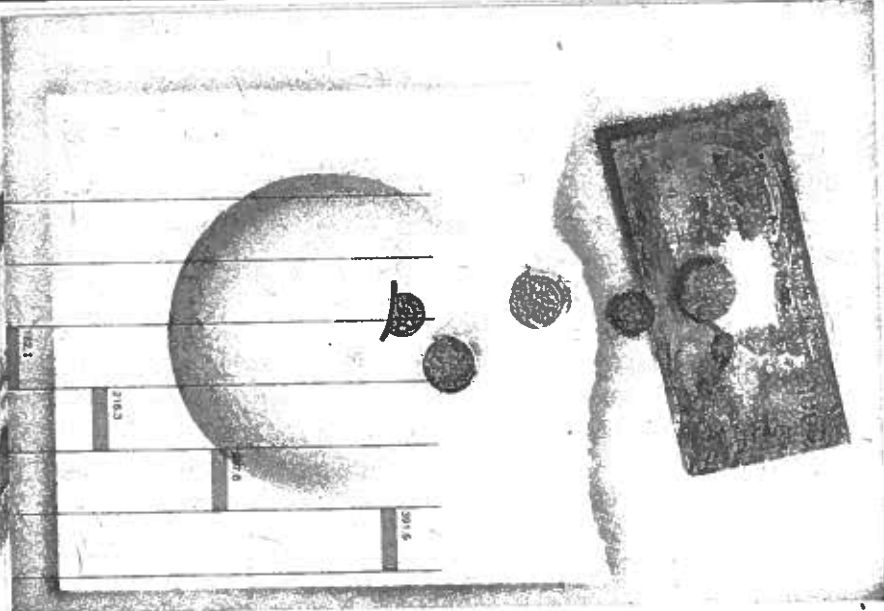
se considere o sistema capitalista (capitalismo monopolista) como imutável e eterno — a inflação, e não só.

4. Dependência Internacional

4.1. Até agora falámos em sistemas monetário e financeiro de uma forma genérica sem nos preocuparmos em delimitá-los a uma área geo-política. É válido para a conceptualização realizada, mas exige que ao passarmos para o campo da transformação, da intervenção sócio-política confinemo-nos às dinâmicas no território nacional.

Atendendo à inevitabilidade da articulação entre moeda nacional e moeda internacional na reprodução do equivalente geral e às eminências de ruptura aí existentes, à articulação e





envolvimento — enfim, a exportação de capitais são alguns indicadores dessa dinâmica, mas não a esgotam. É toda a estrutura interna do sistema monetário-financeiro que se molda às exigências da acumulação capitalista dos países dominantes, colocando-se ao serviço desta directa e indirectamente (sendo solidária num vasto conjunto de «regras de jogo» do sistema monetário internacional). Não há um imperialismo monetário mas há um «estatuto da moeda... intrinsecamente ligado ao modo de funcionamento do imperialismo» [4.23].

coordenação dos fluxos de crédito nacional e regional não constitui surpresa nem que existam múltiplos «elos de comunicação», inevitáveis, entre os sistemas monetário e finan-

ceiro internos e externos. A taxa de câmbio, os fluxos de crédito internacional, o serviço da dívida — hoje acompanhado em muitos países, incluindo o nosso, por retracções do de-

BIBLIOGRAFIA REFERIDA

[1] BARRÉRE, Alain
Teoria económica e Impulso Keynesiano.
(«Estante de Economia»), Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Culture, pp. 660.

[2] BRUN OFF, Suzanne
Etat et Capital — Recherches sur la politique économique.
(«Intervention en Economie Politique»), Paris, PUF Maspero, 1976, pp. 126.

[3] BRUN OFF, Suzanne
La Monnaie chez Marx.
(«Problèmes»), 2.ª ed., Paris, Ed. Sociales, pp. 197.

[4] BRUN OFF, Suzanne
Política monetária — Uma tentativa de interpretação marxista.
(«Textos de Ciências Sociais»), Lisboa, Assírio e Alvim, 1974, pp. 128.

[5] COTTA, Alain
Dicionário de Economia.
3.ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1977, pp. 410.

[6] GURLEY, John G. — SHAW, Edward S.

La Monnaie dans une theorie des Actifs Financiers.
(«Colecção do Centro Universitário de Perpignan»), Paris, Cerjas, 1973, pp. 330.

[7] MOURA, Francisco Pereira
Lições de Economia.
(«Estudos de Economia Moderna»), Lisboa, Clássica Editora, 1964, pp. 447.

[8] NUNES, A. Sedas
Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais.
(«Análise Social»), 8.ª ed., Lisboa, Presença, pp. 155.

[9] PIMENTA, Carlos
«A banca e a política de crédito — Alguns apontamentos gerais sobre o crédito».
EC n.º 10, Set. 1977, p. 19-35.

[10] PIMENTA, Carlos
Contributos para a caracterização e explicação da inflação em Portugal.
1985, Tese de doutoramento, ISE, pp. 705.

[11] PIMENTA, Carlos
«O marxismo e crise do sistema monetário internacional».
in *O Marxismo no Limiar do ano 2000*, («Biblioteca Universidade Popular»), 1985, Lisboa, Ed., Caminho, pp. 101-134.

[12] PIMENTA, Carlos
«A moeda tem 'direito de cidadania'».
Praxis, n.º 2, Março 1978, pp. 22-36.

[13] PIMENTA, Carlos
«Para uma análise marxista da inflação».
EC n.º 13, Março 1978, p. 31-63.

[14] PIMENTA, Carlos
«Salários, Contratação Colectiva e Inflação».
Revista técnica do trabalho, n.º 1, Junho 1979, p. 131-150.

[15] PIMENTA, Carlos
«O sistema monetário europeu e a revolução portuguesa».
EC n.º 20, Maio 1979, p. 5-17.